

TERMO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA 04/2024

A **SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE - SEES**, por intermédio do **FUNDO ESTADUAL DO ESPORTE - FEE**, instrumento de natureza contábil, instituído pela Lei Estadual n.º 21.405/2023, inscrito no CNPJ sob n.º 51.002.381/0001-89, neste ato representado pelo Secretário em exercício **ILSON AUGUSTO RHODEN**, inscrito no CPF sob n.º 050.551.149-59 e o **MUNICÍPIO DE ARAPONGAS**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FMEL**, instrumento de natureza contábil, instituído pela Lei Municipal n.º 4.095/2013, inscrito no CNPJ sob n.º 57.988.949/0001-69, neste ato representado por seu prefeito municipal **SÉRGIO ONOFRE DA SILVA**, inscrito no CPF sob n.º 477.980.099-49 e pelo Secretário **ALTAIR SARTORI**, inscrito no CPF sob n.º 361.403.929-34, tendo em vista o constante no Protocolado n.º 22.155.842-1, considerando o contido nos artigos 47 a 49 da Lei n.º 14.597/2023, nos artigos 15 a 18 da Lei Estadual n.º 21.405/2023, no Decreto Estadual n.º 3.809/2023 e na Resolução n.º 09/2024/SEES, celebram o presente **TERMO DE TRANSFERÊNCIA**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Constitui objeto deste instrumento a transferência automática de recursos do Fundo Estadual do Esporte – FEE ao FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FMEL e Lazer – FMEL do **MUNICÍPIO DE ARAPONGAS** para cofinanciamento das políticas públicas de esporte, no que se refere a execução de projeto para aplicar manta protetora junto a cobertura do ginásio de esportes Centro de Iniciação ao Esporte (CIE) Prof. Mauro Cassitas Barbosa Júnior, em conformidade as diretrizes do Sistemas Esportivos Nacional, Estadual e Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

2. Integram este instrumento, independente de transcrição, o Plano de Trabalho e a deliberação do Conselho Estadual do Esporte, bem como os documentos constantes do Protocolado n.º 22.155.842-

1.

2.1. O plano de trabalho após aprovado, poderá ser alterado, mediante termo aditivo, desde que não implique alteração do objeto e deverá ser precedida de manifestação do Conselho Estadual do Esporte.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3. Este instrumento terá vigência inicial na data de sua publicação com prazo de execução de 12 (doze) meses e cessará seus efeitos após a deliberação da prestação de contas pelo Conselho Estadual do Esporte.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

4.1 Compete ao **FUNDO ESTADUAL DO ESPORTE**, por meio da Secretaria de Estado do Esporte

4.1.1 realizar o acompanhamento, a fiscalização, o controle, a supervisão e a avaliação do cumprimento do objeto, por meio de sua equipe técnica e do Conselho Estadual do Esporte e, quando necessário, por meio da análise de relatórios acerca do seu processamento, diligências e visitas *in loco*, comunicando quaisquer irregularidades, fixando prazo para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

4.1.2 transferir os recursos financeiros em obediência ao cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho,

4.1.3 exigir a apresentação de toda a documentação necessária para a transferência dos recursos;

4.1.4. realizar o registro e controle dos recursos repassados;

4.1.5 encaminhar para avaliação a documentação alusiva as prestações de contas parciais e final dos recursos aplicados na consecução do objeto deste convênio para deliberação do Conselho Estadual do Esporte;

4.1.6 quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou quando constatada a má aplicação dos recursos transferidos, instaurar as medidas aplicáveis;

4.1.7 realizar o acompanhamento e avaliação da gestão de resultados do projeto e das políticas públicas envolvidas em atenção as diretrizes do Programa o Esporte Que Queremos e dos respectivos sistemas esportivos Nacional, Estadual e Municipal.

4.2 Compete ao **MUNICÍPIO DE ARAPONGAS**

4.2.1 cumprir rigorosamente os prazos e as metas em conformidade com o Plano de Trabalho, as exigências legais aplicáveis, além das disposições contidas neste instrumento e na Resolução n.º 09/2024/SEES, adotando todas as medidas necessárias à correta execução do objeto;

4.2.2 utilizar os recursos financeiros de acordo com o Plano de Trabalho e em conformidade com os procedimentos legais aplicáveis, em especial no que tange a observância da Lei n.º 14.133/2021 e regulamentação própria;

4.2.3 manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este instrumento em detalhamento específico da conta única do FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FMEL, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, em conformidade com o Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto;

4.2.4 proceder ao depósito de eventual contrapartida na conta única do FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FMEL;

4.2.5 arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento;

4.2.6 efetuar as prestações de contas parciais e final ao Conselho Municipal do Esporte e ao Conselho Estadual do Esporte, na forma prevista neste instrumento;

4.2.7 instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução e gestão financeira deste instrumento, comunicando tal fato ao Conselho Municipal do Esporte e ao Conselho Estadual do Esporte;

4.2.8 restituir ao Fundo Estadual do Esporte o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros na forma da legislação aplicável:

- a) quando não for executado o objeto deste instrumento;
- b) quando não forem apresentadas as prestações de contas no prazo estabelecido;
- c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida.

4.2.9 manter atualizada a escrituração contábil relativa à execução dos recursos do FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FMEL, para fins de fiscalização, acompanhamento e de avaliação dos recursos obtidos, inclusive para fins de prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR;

4.2.10 prestar aos Conselhos Municipal e Estadual do Esporte, quando solicitado, quaisquer esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos financeiros recebidos, assim como apresentar relatórios técnicos acerca da execução;

4.2.11 responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

4.2.12 responsabilizar-se, de forma exclusiva, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do Estado do Paraná em qualquer hipótese;

4.2.13 manter, para fins de controle e fiscalização do CONCEDENTE, a guarda dos documentos originais relativos à execução deste convênio, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas;

4.2.14 franquear aos agentes da Administração Pública, dos Conselhos Municipal e Estadual do Esporte, do controle interno e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, livre acesso aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a este convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 Os recursos financeiros para a execução do objeto deste instrumento, tem natureza de transferência automática, com intuito de cofinanciar as políticas públicas de esporte, em atenção ao contido nos artigos 47 a 49 da Lei n.º 14.597/2023, nos artigos 15 a 18 da Lei Estadual n.º 21.405/2023, no Decreto Estadual n.º 3.809/2023 e na Resolução n.º 09/2024/SEES.

5.2 Em atenção a deliberação do Conselho Estadual do Esporte de 15 de maio 2024 o valor da presente transferência perfaz o valor de R\$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais).

5.2.1 o valor repassado pelo Fundo Estadual do Esporte será à conta da dotação orçamentária: 043.4360.27.812.25.8097; natureza da despesa 3341.4100; fonte de recursos 700, no valor de R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais).

5.2.2 o valor de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) deverá ser depositado, a título de contrapartida municipal, no prazo de até 60 (sessenta) dias, sob pena de imediata devolução dos valores corrigidos, assim como de eventuais valores complementares à execução do objeto.

5.3 Os recursos destinados à execução do objeto deste instrumento, serão transferidos para a conta específica do FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FMEL, qual seja, Banco do Brasil, Agência 0359-X, Conta 80.958-6.

5.4 Os recursos serão transferidos em parcela única e deverão ser utilizados de acordo com o Plano de Trabalho.

5.5 Mediante expressa autorização do Conselho Municipal do Esporte, os rendimentos das aplicações financeiras e dos valores residuais, poderão ser aplicados em outras políticas municipais, ficando dispensada a restituição ao Fundo Estadual do Esporte, nesta hipótese.

5.6. Toda a movimentação de recursos, deverá ser realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, sendo que todo os pagamentos deverão ser efetuados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

6.1 É expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e de responsabilidade do agente, para:

6.1.1 pagamento, a qualquer título, de servidor ou empregado público, salvo nas hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

6.1.2 finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;

6.1.3 pagamento de despesas realizadas em data anterior ou posterior à sua vigência

6.1.4 pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

6.1.5 pagamento de despesas de publicidade;

6.1.6 pagamento de contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas;

6.1.7 pagamento de profissionais não vinculados à execução do objeto do convênio;

6.1.8 transferência de recursos para associações de servidores ou a quaisquer entidades de benefício mútuo, destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

6.2 os recursos recebidos poderão ser empregados para realização de parcerias na forma da Lei n.º 13.019/2014 ou para fomento de ações relativas à política municipal de esporte, de acordo com a legislação específica e avaliação do Conselho Municipal do Esporte.

6.3 para as contratações inerentes a execução deverão ser observadas as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021 e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos.

6.4 sempre que requeridos deverão ser apresentados ao Conselho Municipal do Esporte ou Conselho Estadual do Esporte, relatórios de despesas com os seguintes documentos:

- a) cópia do edital da licitação;
- b) as atas decorrentes da licitação;
- c) as propostas decorrentes da licitação;
- d) os contratos e eventuais termos aditivos decorrentes da licitação;
- e) declaração expressa, firmada por representante legal, de que foram atendidas as disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

7.1 Este instrumento poderá ser alterado por termo aditivo, após avaliação e deliberação do Conselho Municipal do Esporte e do Conselho Estadual do Esporte.

7.2 O valor da transferência não poderá ser aumentado em qualquer hipótese, devendo o município beneficiário suportar o ônus das despesas residuais.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 As prestações de contas parciais deverão ser apresentadas ao final de cada exercício, com encaminhamento até o dia 31 de janeiro ao Conselho Municipal do Esporte e até 31 de março ao Conselho Estadual do Esporte, contendo o relatório de execução, conforme disposição da Resolução n.º 09/2024/SEES.

8.2 A prestação de contas final dos recursos financeiros transferidos e dos rendimentos de aplicações, deverá ser apresentada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do término de sua execução, ao Conselho Municipal do Esporte.

8.3 A prestação de contas ao Conselho Estadual do Esporte deverá ser encaminhada após deliberação do Conselho Municipal do Esporte contendo:

- a) relatório de execução, conforme disposição da Resolução n.º 09/2024/SEES;
- b) ata da deliberação do Conselho Municipal do Esporte;
- c) documentos complementares.

8.4 Quando as prestações de contas não forem encaminhadas nos prazos estabelecidos neste instrumento, o beneficiário será notificado, para, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, efetuar a devolução dos recursos, incluídos os rendimentos de aplicação, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei, ao Fundo Estadual do Esporte.

8.5 A rejeição de contas ou aplicação irregular dos recursos implica do dever de restituição dos recursos ao Fundo Estadual do Esporte, assim como na suspensão de novos repasses até a restituição dos valores corrigidos.

CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

9.1 Este instrumento poderá ser rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 São bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos desta transferência, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam, sendo estes incorporados ao patrimônio do município beneficiário.

10.2 Este instrumento será publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná pela Secretaria de Estado do Esporte.

10.3 Fica estabelecido o Foro da Justiça Federal de Curitiba para dirimir as controvérsias decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam, sendo obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa.

E, por assim estarem devidamente justos e acordados, os partícipes firmam o presente instrumento.

Datado e assinado eletronicamente.

ILSON AUGUSTO RHODEN

ALTAIR SARTORI

FUNDO ESTADUAL DO ESPORTE

**FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER -
FMEL**

SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE

MUNICÍPIO DE ARAPONGAS

SÉRGIO ONOFRE DA SILVA

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS

Documento: **04.2024Arapongas.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Ibson Augusto Rhoden** em 11/12/2024 16:45, **Helio Renato Wirbiski** em 11/12/2024 16:51.

Assinatura Avançada realizada por: **Sergio Onofre da Silva (XXX.980.099-XX)** em 13/12/2024 09:33 Local: GAB ARAPONGAS.

Inserido ao protocolo **22.155.842-1** por: **Ibson Augusto Rhoden** em: 11/12/2024 16:44.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
9cb9cdb981383363e95c95cd067d45f.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL EXTRATO DE TERMO ADITIVO	
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. CONTRATADA: GUERRA ASSESSORIA TÉCNICA LTDA.	
OBJETO: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 5960/2024 com a empresa, Guerra Assessoria Técnica Ltda., CNPJ Nº19.674.387.0001-90, referente a inserção da cláusula de Práticas Proibidas do Banco Interamericano de Desenvolvimento.	
AUTORIZADO em 10/12/2024 por: João Luiz Giona Junior, Diretor Geral – SEED – Decreto: 3664/2023.	
PROTOCOLO: 22.945.326-2	

147541/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL	
EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL	
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	
CONTRATADA: RENTAL SAAS SERVICOS E SOLUÇÕES EM INFORMATICA LTDA	
CONTRATO: 9011/2024	
OBJETO: Aquisição de 36 unidades de Tela Interativa e 36 suportes tipo pedestal para NREs e SEED, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico (PREG-e) n.º 644/2023 - DECON/SEAP.	
VALOR: R\$ 370.404,00 (trezentos setenta mil reais, quatrocentos e quatro reais)	
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados de 12/12/2024 a 11/12/2025.	
AUTORIZADO POR: João Luiz Giona Junior - Diretor-Geral/SEED, em 11 de dezembro de 2024.	
PROTOCOLO: 23.048.217-9.	

147252/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL	
EXTRATO DE ATO DE AUTORIZAÇÃO	
*1. Trata da contratação de prestação de serviço com instituição de ensino para a oferta de 13 (treze) cursos técnicos de nível médio, com alta complexidade de implantação de laboratórios, aos estudantes da rede pública estadual de ensino, por meio da Dispensa de Licitação n.º 46/2024, conforme as especificidades contidas na minuta de Edital e Anexo (823 - 839 – mov. 129), valor total de R\$ 105.633.990,00 (cento e cinco milhões e seiscentos e trinta e três mil e novecentos e noventa reais), com a empresa SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI, CNPJ 03.776.284/0001-09.	
2. Considerando a manifestação da Assessoria Técnica acostada às fls. 780-784, mov. 110 e com fundamento nos §§ 3º e 5º do Artigo 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016, AUTORIZO a realização da despesa e a instauração do procedimento licitatório”	
AUTORIZADO POR: João Luiz Giona Junior - Diretor-Geral/SEED, em 11 de dezembro de 2024.	
PROTOCOLO: 22.478.594-1	

147111/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL SBI/LOC	
EXTRATO DE APOSTILAMENTO DE CONTRATO	
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	
Em consonância ao contido no protocolado 22.888.853-2, referente ao Primeiro Termo de Apostilamento de Reajuste do valor mensal ao Contrato de Locação nº 5230/2023, fica apostilado ao Contrato em epígrafe, celebrado entre esta Secretaria e DLF-ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, para alterar a Cláusula Primeira do valor: onde se lê: R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), leia-se: R\$ 28.222,58 (Vinte e oito mil, duzentos e vinte e dois reais e cinquenta e oito centavos) a partir do dia 11/10/2024. Permanecendo inalteradas todas as demais condições e Cláusulas do referido contrato.	
AUTORIZADO POR: João Luiz Giona Junior Diretor Geral - SEED por Delegação de Competência Res. nº 7.309/2023 – GS/SEED	
DATA: 12/12/2024 PROTOCOLO: 22.888.853-2	

148160/2024

Secretaria do Esporte

SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE	
FUNDO DO ESTADUAL DO ESPORTE - FEE	
TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO	
Curitiba, 11 de dezembro de 2024.	
PROTOCOLO N.º	22.155.842-1
MUNICÍPIO	Arapongas
OBJETO	Transferência automática de recursos do Fundo Estadual do Esporte – FEE ao FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FMEL DE ARAPONGAS para cofinanciamento das políticas públicas de esporte, no que se refere a projeto para aplicar manta protetora junto a cobertura do ginásio de esportes Centro de Iniciação ao Esporte (CIE) Prof. Mauro Cassitas Barbosa Júnior, em conformidade as diretrizes do Sistemas Esportivos Nacional, Estadual e Municipal
VALOR DA TRANSFERÊNCIA	R\$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais)
VALOR DO REPASSE	R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais)
CONTRAPARTIDA MUNICIPAL	R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA	13/12/2024 a 13/12/2025

147483/2024

SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE – SEES	
EXTRATO DE TERMO DE OUTORGA	
Curitiba, 11 de dezembro de 2024	
PROTOCOLO N.º	23.081.591-7
OBJETO	Concessão de outorga provisória para exploração do comércio de alimentos e bebidas na área de shows do Município de Matinhos, Paraná, durante a execução do Projeto Verão Maior Paraná, entre os dias 10 de janeiro de 2025 e 22 de fevereiro de 2025
TERMO	Termo de Outorga 01/2024
VALOR DA OUTORGA	R\$ 929.000,00 (novecentos e vinte e nove mil reais)
PERMISSIONÁRIA	STAR SHOW ENTRETERIMENTO LTDA CNPJ nº 26.356.210/0001-00
VIGÊNCIA	12/12/2024 a 30/04/2025

147484/2024

Secretaria da Fazenda**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO: 8.390/2024-SEFA.
PROTOCOLO: SID nº 23.088.142-0.
CONTRATANTE: ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEFA - CNPJ nº 76.416.890/0001-89.
CONTRATADA: JUMPER SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA - CNPJ Nº 26.886.266/0004-10.
OBJETO: Prestação de serviços continuados de VIGILÂNCIA ARMADA E VIGILÂNCIA DESARMADA, com seus respectivos “uniformes e EPI’s” e “Armamentos”, por meio da metodologia de contratação por postos trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022 e Pregão Eletrônico nº 543/2024-SEAP/DECON.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 723.376,56 (setecentos e vinte e três mil, trezentos e setenta e seis reais e cinquenta e seis centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade 2902.04.122.13.8050; Fonte 1.500.000.000; Elemento de Despesa 3390-37.02.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses – início em 13/01/2025 e término em 13/01/2026.
DATA ASSINATURA: 12 de dezembro de 2024.
SIGNATÁRIOS: Luiz Paulo Budal Pedroso de Almeida (Diretor-Geral da SEFA),